

Desporto Escolar: Opções; Estratégias; Futuros

Gustavo Pires *

Na qualidade de Coordenador do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar e porque estamos em Torres Novas, pedia licença a esta plateia e à mesa para, na pessoa do colega António Mário dos Santos, Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária Maria Lamas, saudar todas as Escolas e os seus Conselhos Directivos que, no corrente ano lectivo, aderiram, de uma forma entusiástica, ao Desporto Escolar.

Saudaria ainda, na pessoa do colega José Monteiro, Coordenador do Desporto Escolar, da Escola Secundária Maria Lamas, de Torres Novas, todos os cerca de 2900 professores do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário que, durante o corrente ano lectivo, colaboraram, de uma forma empenhada e com grande brio profissional, no Programa Desporto Escolar 1990/91.

Saudaria ainda, na pessoa do colega Tolda Martins, toda a estrutura Nacional e Regional do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar com quem tive a honra e o prazer de trabalhar ao longo deste ano.

Finalmente, nas pessoas dos alunos da Escola Maria Lamas aqui presentes, peço também licença para saudar os cerca de 300 000 jovens que, durante este ano, das mais diversas maneiras, participaram no Desporto Escolar.

A todos as minhas felicitações.

A todos os meus agradecimentos.

* Coordenador do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. Comunicação apresentada no II Simpósio SPEF/91 subordinado ao tema: «Formação para Novas Competências». Boletim SPEF, n.º 2-3 Verão-Outono de 1991, pp. 21-30.

Neste tempo, em que se agitam as ideias; em que se abalam as consciências; em que se reorganizam os saberes. Neste tempo, em que são definidos outros objectivos; em que se esboçam diferentes estratégias; em que se constroem novos projectos; neste tempo, de corte com o passado e de construção de um novo paradigma, é bom estarmos aqui presentes, todos em conjunto, a reflectirmos, de uma forma aberta e despreconceituada, um conjunto de questões que se colocam em relação ao desenvolvimento do Desporto Escolar;

É bom estarmos aqui presentes, todos em conjunto, a fazermos o balanço de anos de experiência e de estudo do processo desportivo, realizado em ambiente escolar;

É bom estarmos aqui presentes e reequacionarmos o problema, a ensaiarmos análises segundo perspectivas diferentes, a tentarmos descobrir novas possibilidades, diferentes alternativas, outras soluções;

É bom estarmos aqui presentes, todos em conjunto, a discutirmos os princípios que, segundo cada um de nós, devem presidir ao Desporto Escolar, os objectivos que ele deve prosseguir, as estratégias a desenvolver, as estruturas a organizar, as cooperações a estabelecer, as Escolas a implicar, os recursos humanos a envolver, os alunos a atingir, os meios a aplicar, os instrumentos a utilizar;

É bom estarmos aqui presentes, todos em conjunto, mas sem que nenhum de nós perca a sua identidade, a construirmos o futuro.

Por isso, a Sociedade Portuguesa de Educação Física, que de há uns tempos a esta parte tem sido uma autêntica pedrada no charco quanto à discussão, alargada e democrática dos problemas da Educação Física Nacional, está de parabéns.

As nossas felicitações à SPEF e a nossa disponibilidade para continuarmos a trabalhar em prol da Educação Física e do Desporto Nacionais.

Como se sabe o Desporto Escolar arrancou de novo em Portugal.

A prova disso é a nossa presença aqui a discutir e a reflectir acerca de qualquer coisa que, de facto, existe porque caso contrário não estaríamos aqui.

A prova disso é hoje estarmos aqui a discutir e a reflectir sobre qualquer coisa que julgamos ser importante, porque caso contrário não nos daríamos ao trabalho de estarmos aqui presentes.

Ao fim destes três anos em que o Desporto Escolar começou a ser devolvido às Escolas, o que se verificou afinal foi que a ideia de Desporto Escolar estava viva e que um projecto de desporto realizado em ambiente educativo continuava guardado, bem guardado, no coração das pessoas.

Os projectos prosseguiram em inúmeras Escolas de todo o País;
Os alunos mantinham-se desejosos de participar.

Bastou que tivessem sido disponibilizados os recursos financeiros para que nas Escolas mais recônditas do País passasse a haver Desporto Escolar.

Os resultados provisórios relativos ao ano lectivo de 1990/91 são conhecidos:

Participaram 742 Escolas de um universo de 1000;

Colaboraram 2900 professores;

Foram abrangidos 300 000 alunos de um universo de 1 milhão;

Praticaram-se 35 modalidades desportivas;

Desenvolveram-se mais de 400 000 horas de actividades sistemáticas de ensino e de treino;

Realizou-se um quadro competitivo, de nível nacional, nas modalidades de: corta-mato, atletismo, futebol, basquetebol, andebol e voleibol;

Este quadro competitivo atingiu o nível internacional nas modalidades de Corta-Mato (FISEC); Atletismo de Pista (ISF); Voleibol (FISEC); Basquetebol (FISEC);

Equipas escolares participaram em cerca de 35 mil competições;

Realizou-se formação de árbitros escolares, nas modalidades de quadro competitivo nacional;

As Escolas mobilizaram-se na organização de competições, festas e semanas do Desporto Escolar, colóquios, exposições, seminários, etc.;

Foi desenvolvido um programa de apetrechamento de suporte às actividades;

Os recursos financeiros mínimos indispensáveis, foram garantidos;

Elaborámos documentação, filmes, regras, regulamentos e documentos técnicos de apoio ao Desporto Escolar;

Durante o presente ano foram publicados quase 1 milhão de jornais do Desporto Escolar;

Foram promovidas reuniões de professores no domínio da organização de actividades, da coordenação de projectos, da idealização de programas especiais tais como, entre outros, actividades gúmnicas, actividades de exploração da natureza, aventura e sobrevivência e dança;

Assinámos e desenvolvemos protocolos de cooperação com as Federações de Ginástica, Andebol e Voleibol;

Colaborámos com Autarquias no desenvolvimento de projectos no domínio do Desporto Escolar. Simultaneamente recebemos da parte delas um apoio extraordinário sem o qual todo o processo teria sido mais difícil;

Colaborámos no desenvolvimento de projectos de investigação, no domínio do Desporto Escolar, com a Universidade do Porto e a Universidade Técnica de Lisboa;

Participámos em diversas reuniões das Federações Internacionais em que nos encontramos filiados;

Conseguimos milhares de contos directos e indirectos de patrocínios, troca de serviços e publicidade.

Em suma, na medida do possível, proporcionámos actividades desportivas a milhares de crianças e de jovens que, de outra maneira, não teriam acesso a elas.

Na realidade, embora muito ainda esteja por fazer, embora nem tudo tenha decorrido de acordo com os padrões de eficácia e eficiência que todos desejaríamos foram, em nossa opinião, conseguidos resultados significativos.

Serão estes resultados ideais?

Estará tudo bem?

É evidente que não.

Mas aqui e agora, nesta sociedade a caminho do terceiro milénio, de facto, já não é suficiente conhecer e considerar somente aquilo que existe. É necessário compreender aquilo que está a mudar.

O Desporto Escolar está a mudar.

Finalmente, houve vontade política para começar a resolver, com frontalidade, um problema velho, de quase vinte anos, que data do ano em que as competências da extinta Mocidade Portuguesa passaram para a também extinta Direcção-Geral de Educação Física e Desportos.

Houve, se considerarmos o passado mais recente, vontade política, para resolver uma questão que, decorrendo da regulamentação da Lei de Bases do Sistema Educativo, arrastava-se desde 1986.

Houve vontade política para criar no Desporto Escolar condições para vencer. Hoje, nas palavras do Sr. Ministro da Educação o «Desporto Escolar chegou finalmente para ganhar».

Houve vontade política de considerar o desenvolvimento do Desporto Escolar como um instrumento estratégico, que possibilita o cumprimento do preceito constitucional, do direito ao desporto. Ora, gostaria aqui de chamar a atenção para o facto de o direito constitucional ser para aqueles que não praticam desporto e não para aqueles que já o fazem.

Portanto vale a pena, hoje, estarmos todos aqui a fazer o inventário do estado das questões.

Fazer o inventário das questões é fazer o balanço das opções, é considerar as possíveis estratégias, é prospectivar os diferentes futuros.

Por isso, podemos afirmar que hoje, em Portugal, o Desporto Escolar é uma ideia; é uma vontade; é um projecto.

Felizmente que hoje tanto em Portugal como na maioria dos países desenvolvidos já se compreendeu que antever o futuro é olhar para o Desporto Escolar.

As crianças que hoje frequentam as Escolas 1.^a Ciclo do Ensino Básico estarão no início do século em plena adolescência. As do 2.^o e 3.^o ciclos

do Ensino Básico estarão a entrar na juventude. Os jovens que hoje estão no Ensino Secundário estarão em plena fase adulta das suas vidas.

Eles vão ser, de facto, os praticantes, os técnicos e os dirigentes do século XXI.

É na escola que estão os jovens, é na escola que estão grande parte das instalações desportivas, é na escola que estão os técnicos mais habilitados do País.

Portanto, é na escola que têm de ser feitas as apostas na construção de um futuro diferente.

E esta, quanto a nós, é a primeira grande opção, a primeira atitude estratégica, a primeira medida de futuro.

Para nós, é no Desporto Escolar que podemos encontrar a reserva de esperança num desporto melhor.

Neste domínio o Estado, seja em que tipo de sociedade for, tem a obrigação de se assumir como protector do futuro.

O Desporto Escolar, para o Estado, quer ele seja central ou local, tem de ser a 1.^a obrigação.

Hoje, procura-se reconciliar o Desporto Escolar com a sua própria cultura que é constituída pelos imaginários de cada um e de todos. São eles que vão criar os hábitos desportivos que se prolongam para o resto da vida.

Daí a grande carga iniciática que deve envolver as actividades desportivas nos Ensino Básico e Secundário: mobilizam-se as pessoas, discutem-se as ideias, empenha-se a comunidade, planeiam-se as actividades, programam-se os jogos, desenvolvem-se os rituais, mobiliza-se para a festa. O Desporto Escolar acontece.

Para que isto seja possível é, evidentemente necessário existirem quadros competitivos próprios. Os acontecimentos e as personagens, marcam a infância das pessoas e prolongam-se para o resto das suas vidas.

A partir daqui é possível a narrativa fantástica das nossas recordações do tempo em que éramos crianças.

Isto porque, ao contrário daquilo que alguns possam pensar ou desejar, o Desporto Escolar não lida apenas com o corpo das pessoas. Lida, também, com a memória de cada um de nós. Essa memória constitui a essência das práticas desportivas. Ora essa memória, neste momento como noutros aspectos da vida, é, para nós, um capital imaginário de valor inestimável. Está envolvida no espírito criador e multiplicador do tempo. Rende juros a uma taxa ilimitada.

Este capital, obtem-se na Escola através de um acesso generalizado a um conjunto de práticas desportivas que podem proporcionar momentos inolvidáveis de alegria, novas amizades, superação de medos e receios, solidariedades, recordações gratas do nosso tempo de meninos e meninas, de raparigas e de rapazes.

Se assim não for, o capital de empenho e de trabalho acaba por perder-se nas malhas da burocracia, venha ela de onde vier.

Coarcta-se a capacidade criativa, interrompe-se a comunicação, desmobilizam-se as vontades, criam-se ambientes cinzentos de mediocridade.

Compromete-se o futuro.

No século XXI entrar-se-á na era da complexidade, do aleatório, e do instável.

Quanto mais o ambiente social e desportivo se complexifica, mais as suas estruturas orgânicas de suporte devem variar, diversificar-se e complexificar-se.

Por isso, não pode existir um desporto de modelo único, concentrado, de configuração acabada, e colocado no seu todo nas mãos de burocratas, que, como a vida nos tem demonstrado, acabam por estar ao serviço exclusivo de alguns.

Os jovens portugueses têm hoje o direito de praticar desporto sem estarem sujeitos ao modelo estandardizado, concentrado e piramidal da competição, do rendimento, da medida e do recorde que rege, como não pode deixar de ser, as práticas desportivas do mundo do Desporto Federado.

Os jovens portugueses têm hoje o direito a um desporto controlado pelo Estado, que não pode aligeirar as suas próprias responsabilidades sem que, contudo, sejam controlados por ele.

Ao contrário daquilo que acontecia, ainda recentemente, somos de opinião, que os jovens portugueses, para praticarem desporto, não podem ser obrigatória e indiscriminadamente colocados ao serviço da obtenção de resultados desportivos que, em última análise e numa visão educativa do processo, só servem para alimentar a competição estatística, das burocracias estéreis, quer elas se situem nas Federações Desportivas ou na Administração Pública.

Os nossos filhos, os filhos de Portugal, têm o direito de praticar desporto quer tenham quer não tenham jeito para o fazer, sem terem necessidade de alimentarem as bases de dados das Federações Desportivas.

Nesta perspectiva, recusamos essa máxima de sabor estalinista de que só há um desporto. Ou a perspectiva dualista, maniqueísta de que há dois desportos, o bom, o federado que é necessário apoiar, o mau, o da recreação que é necessário esquecer, ou vice versa.

Rejeita-se, deste modo, uma unicidade desportiva sustentada numa centralização doentia do poder e do comando que baralha as ideias, deturpa os objectivos, confunde estratégias, sufoca vontades. Já não está de acordo com a sociedade livre, aberta e democrática em que, felizmente, hoje podemos viver.

Defendemos a unidade do fenómeno desportivo na multiplicidade infinita das suas práticas e na capacidade de diálogo e de cooperação entre todos os intervenientes, no respeito pela individualidade e as diferenças de cada um.

As funções da escola são específicas e por isso diferentes das funções do clube, da empresa, da autarquia, ou de qualquer outro sector do Sistema Desportivo.

Os princípios, os objectivos e as estratégias que devem presidir a cada sector de prática desportiva não são, não podem ser os mesmos para todas eles.

No entanto, superiores critérios de rentabilização de recursos aconselham à cooperação que pode ser conseguida através de, por exemplo, acordos protocolares.

Só que a possibilidade de assinatura de um protocolo tem de partir da premissa de que, assiste o direito a qualquer das partes, de não o desejarem assinar. A assinatura de um protocolo não pode ser feito à custa da capitulação de uma das partes.

Neste domínio como noutros, o Desporto Escolar tem de ser feito de rigor e exigência, e não de cedências.

Hoje, em Portugal, o desporto conjuga-se no plural.

O poder ilimitado e incontrolado tem vindo a dar lugar a poderes participados e sujeitos a controlos democráticos. Se assim não for corre-se o risco de se perder um enorme e inimaginável capital, de trabalho e criatividade, nas malhas da administração burocrática concentrada e centralizada.

É necessário trocarmos as estruturas piramidais por estruturas em rede; a hierarquia pela heterarquia; a lógica da obediência pela lógica da responsabilidade; o cumprimento do horário pela realização da tarefa.

É uma configuração deste tipo que desejamos para o Desporto Escolar do nosso País.

Por isso a eficiência do sistema tem de basear-se na capacidade de entendimento das diversas estruturas implicadas no processo: as Escolas, as CAE(s), as Direcções Regionais de Educação, e de toda a estrutura do Desporto Escolar a institucionalizar no âmbito da Direcção-Geral dos Ensinos Básicos e Secundário e do Gabinete de Educação Física e do Desporto Escolar.

Está tudo resolvido?

Sabemos que não. No entanto, sabemos que estão a ser dados os passos necessários para a construção de um desporto melhor.

É hoje possível fazer coisas diferentes, perspectivar outras vias, desencadear novas ideias, mobilizar vontades, solicitar a imaginação, esperar da intuição de cada um, apostar na sua capacidade de criação, de sonho e de poesia.

É hoje novamente possível a um professor, de qualquer escola dos Ensinos Básico ou Secundário, idealizar um projecto de desenvolvimento desportivo para a sua escola, sem ter de o sujeitar aos critérios de aprovação estabelecidos fora do Sistema Educativo, em algumas situações por pessoas de nomeação partidária, em alguns casos desprovidas de qualquer competência para o exercício das funções de que estão investidas e, por vezes, com uma habilitação académica bastante reduzida.

Os nossos filhos merecem melhor.

A dignidade e a competência foram restituídas aos professores.

Hoje, podemos afirmar, com segurança, que o Desporto Escolar pertence à escola e ao Sistema Educativo. Faz, no entanto, simultaneamente, parte do próprio Sistema Desportivo. É o que diz a Lei de Bases do Sistema Desportivo no n.º 1 do seu Art.º 6.º.

Esta dupla localização orgânica é um dos aspectos que tem passado despercebido, mas, em nossa opinião, é uma das características de maior riqueza na configuração do sistema que, a partir de agora, poderá ser desenvolvido.

Hoje não restam dúvidas que o Desporto Escolar é uma actividade de complemento curricular, tal como vem expresso no Art.º 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo e no Art.º 8.º do Dec. Lei n.º 286/89 de 29 de Agosto e de liberdade de participação e de escolha como vem expresso no Art.º 5.º do Dec. Lei 95/91 de 26 de Fevereiro.

Não é uma actividade de complemento de qualquer disciplina curricular embora deva estabelecer com a Educação Física relações substantivas e de coordenação.

Como tal, não deve nem sobrepor-se à disciplina de Educação Física nem servir de pretexto para lhe aumentar o número de horas, nem para compor ou complementar horários. É uma actividade que complementa o currículo global dos alunos em função das suas necessidades, dos seus desejos e dos seus interesses, «num regime de liberdade de participação e de escolha», isto é, das suas vocações. Por tudo isto tem, necessariamente, de ser uma actividade voluntária.

Tornar o Desporto Escolar obrigatório seria ferir o princípio da livre participação e de escolha.

Em função de tudo isto as Escolas podem encontrar no Desporto Escolar um espaço de criatividade que pode ser cultivado em função das suas próprias características, bem como das condicionantes das regiões onde estão inseridas.

O fulcro do sistema deve estar na Escola.

Hoje, o Desporto Escolar ganhou o estatuto de unidade orgânica dentro da Escola, através do Núcleo do Desporto Escolar no qual participam professores e alunos.

Por isso rejeitamos um Desporto Escolar assente num livre associativismo espontâneo e auto-organizado, em que o quiseram transformar, no ano de 1986, colocando-o na dependência das Federações Desportivas e das boas vontades de terceiras entidades, mas também recusamos um Desporto Escolar, na dependência exclusiva de qualquer disciplina curricular fechado sobre si mesmo, longe dos olhares do mundo e das críticas, protegido de outras práticas que o podem contaminar.

Idealizamos um Desporto Escolar em competição, aberto ao exterior, a reivindicar nos Sistemas Educativo e Desportivo aquilo que lhe é devido e, no meio social, os apoios a que tem direito.

O Desporto Escolar não é um favor que se faz mas sim um direito que, em Portugal, começou a ser conquistado no início do presente século.

Por isto quem quiser aderir ao Desporto Escolar, deve fazê-lo de uma forma voluntária e numa perspectiva de projecto global de transformação da Escola, do Desporto e da Sociedade.

A grande maioria dos professores, que no corrente ano lectivo aderiram ao Desporto Escolar, fizeram-no nesta atitude de projecto, e, em grande número de situações, olhando para as suas escolas numa perspectiva macro.

O Desporto Escolar não é, não deve ser só um horário semanal de treinos. O Desporto Escolar é, tem de ser uma das zonas interfaciais de contactos que o Sistema Educativo deve estabelecer com outros Sistemas Sociais entre os quais o próprio Sistema Desportivo.

Assume-se assim como um sub-sistema autónomo do Sistema Desportivo e um instrumento de intervenção pedagógica do Sistema Educativo.

Foi esta a dinâmica que começámos a desenvolver. É esta a dinâmica que desejamos para o futuro.

O Desporto Escolar não é das Federações Desportivas, não é da disciplina de Educação Física, não é de qualquer Direcção-Geral, não é do Gabinete do Desporto Escolar, não é de nenhum Partido Político, não é do Governo, não é de grupos Socioprofissionais, não é da Sociedade Portuguesa de Educação Física.

O Desporto Escolar é de todos, é das Escolas, é dos pais, é dos professores que voluntariamente adiram e é, principalmente, de todas as raparigas e rapazes que queiram, livremente, praticar desporto.

Por tudo isto, temos de ser capazes de construir uma nova ordem organizacional para o Desporto Escolar, na medida em que tem de haver

um caminho entre um desporto acéfalo e um desporto que funcione como arma revolucionária ao serviço do Estado, de partidos políticos, de grupos socioprofissionais, ou de quaisquer outros.

Tem de haver um caminho entre um desporto esterilizado e realizado em tubo de ensaio, protegido das contaminações do mundo e um desporto dominado pela brutalidade das grandes tragédias da sociedade actual, que têm muitas vezes expressão no chamado Desporto Federado.

É no cruzamento destas quatro situações de extremo que deve ser encontrada uma ordem para o Desporto Escolar.

Essa ordem só é possível se o futuro garantir, ao Desporto Escolar um organismo com capacidade para modelar o seu próprio destino mas que seja, simultaneamente, controlado de uma forma eficiente e sistemática, pelas entidades governamentais e não-governamentais, interessadas e intervenientes nos processos educativo e desportivo.

Um organismo de geometria variável, com uma capacidade constante de mudança e adaptação, com equipas formadas por diferentes especialistas, com grupos informais de realização de tarefas, numa multiplicidade de micro-organizações em funcionamento constante, numa dinâmica que a um observador externo poderá parecer o caos, mas que para alguém que conheça o sistema revelará existir um processo com uma forte harmonia organizacional.

Muitas das escolas deste País desenvolvem projectos das mais diversas actividades, nesta perspectiva. Tiveram êxito, venceram, estabeleceram laços com o futuro.

Daqui para a frente o importante é sermos capazes de idealizar, em cada momento, um desporto que valha a pena praticar, valha a pena ensinar e valha a pena viver.

Não existem soluções acabadas. Nem podem existir sistemas educativos ou desportivos estáveis. Um sistema estável é um sistema morto. Por isso, nunca poderá existir:

Nem um Sistema Desportivo de configuração acabada;

Nem um Sistema Desportivo universal.

A reforma dos sistemas bem ou mal está em marcha. Ao contrário do pensamento de muitos que já a desejavam ver terminada somos de opinião de que não deve nem terminar nem parar.

Como tal, temos de ser capazes de nos aventurarmos a viver a aventura de produzir novas ideias, novas perspectivas de análise, novas propostas, novas soluções, tendo em conta o instrumento pedagógico que deve ser o desporto no processo educativo da criança e do jovem.

Serão assim criadas as condições para que todos, em conjunto, possamos partir em busca de um desporto melhor.

Obrigado por me terem escutado.